

Organizadores
Comissão Pastoral da Terra
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Martingoni

AGROENERGIA



mitos e impactos na américa latina

CADERNOS DE FORMAÇÃO



julho de 2007

Organizadores
Comissão Pastoral da Terra
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

AGROENERGIA



mitos e impactos na américa latina

CADERNOS DE FORMAÇÃO

Agroenergia: Mitos e Impactos na América Latina

Textos:

Brasil: Maria Luisa Mendonça, Marluce Melo e Plácido Júnior

Costa Rica, Nicarágua e Honduras: Gerardo Cerdas Vega

Guatemala: Julian Xacult, Laura Saldivar Tanaka e Hannah Wittma

República Dominicana: Petronila Urena

Colômbia: Héctor Mondragón

Bolívia: Gerardo Burgos Lino

Os textos e o manifesto "Tanques Cheios às Custas de Barrigas Vazias" (em anexo) foram apresentados no Seminário sobre a Expansão da Indústria da Cana na América Latina, de 26 a 28 de fevereiro de 2007, em São Paulo.

Sistematização do seminário:

Isidoro Reves e Evanize Sydow

Ilustrações

Gilberto Maringoni

Projeto Gráfico e Diagramação:

Luciane Udovic Bassegio

Publicação

Comissão Pastoral da Terra, Grito dos Excluídos Continental, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes.

Apoio

EED - Evangelischer Entwicklungsdienst / Grassroots International

Informações

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Rua Castro Alves, 945 - São Paulo, SP - Cep: 01532-001, Brasil

Telefax: 55-11-3271-1237 | 3271-4878

Email: redesocial.org.br - www.social.org.br

Comissão Pastoral da Terra

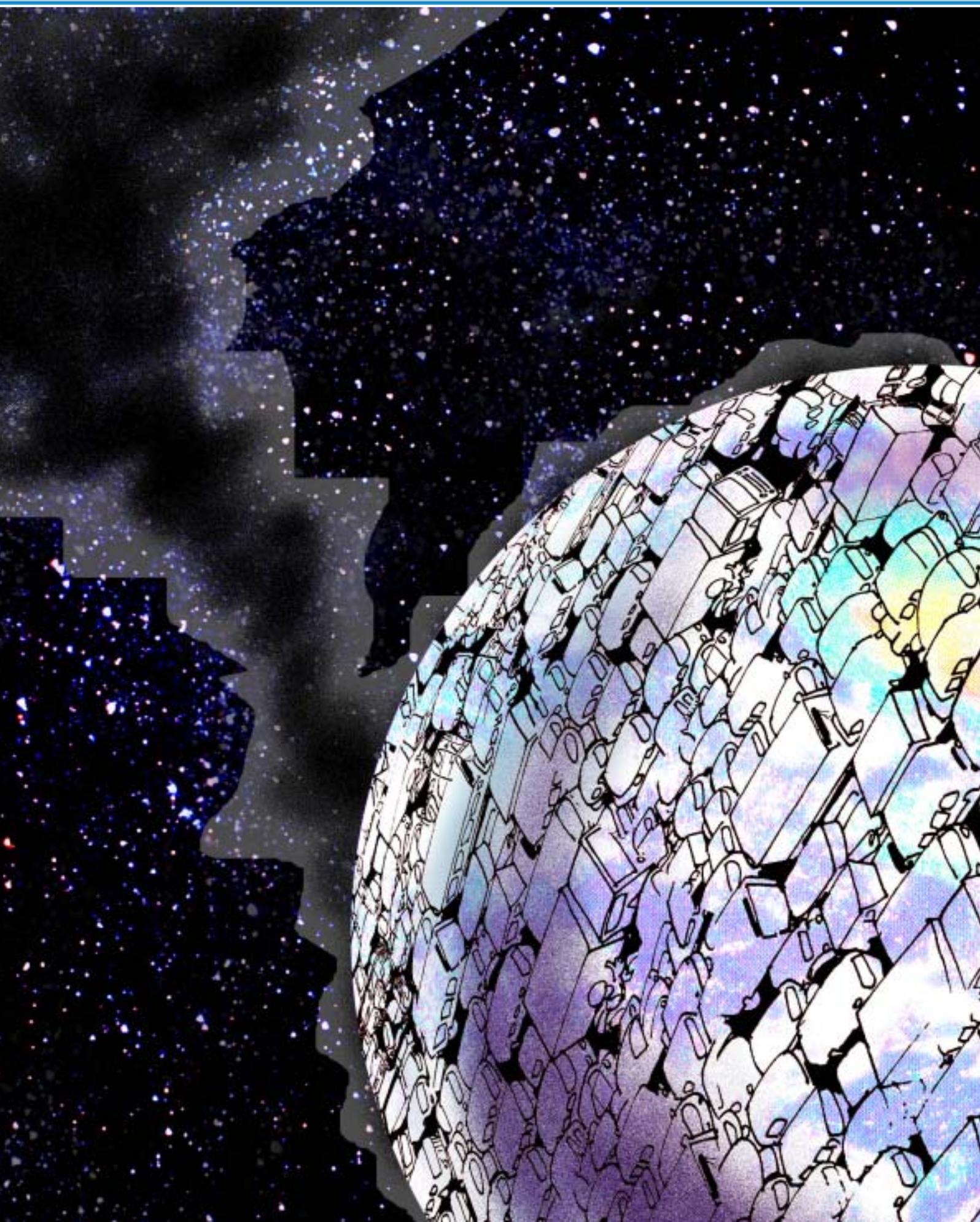
Rua Esperanto, 490 - Recife, PE - Cep: 50070-390, Brasil

Telefax: 55-81-3231-4445

Email: cptpe@terra.com.br - www.cptpe.org.br

Índice

	Introdução	
1	A matriz Energética	07
2	O Mito dos agrocombustíveis	11
3	Efeitos destrutivos para a reforma agrária e para os/as trabalhadores rurais no Brasil	17
4	A indústria dos agrocombustíveis na América Latina e Caribe	21
5	América Central	23
6	A indústria da cana na República Dominicana	37
7	A indústria da cana na Colômbia	39
8	Bolívia: produção de cana-de- açúcar em Santa Cruz	43
9	Soberania Alimentar e Agricultura Camponesa	49
	Anexos	
	Tanques Cheios às custas de Barrigas Vazias: A Expansão da Indústria da Cana na América Latina	51
	Bibliografia	53



1 A Matriz Energética

Recentes estudos sobre os impactos causados pelos combustíveis fósseis contribuíram para colocar o tema dos agrocombustíveis na ordem do dia. Atualmente, a matriz energética mundial é composta por petróleo (35%), carvão (23%) e gás natural (21%). Apenas dez dos países mais ricos consomem cerca de 80% da energia produzida no mundo. Entre estes, os Estados Unidos são responsáveis por 25% da poluição atmosférica.

O Brasil é o quarto país do mundo que mais emite gás carbônico na atmosfera. Isso ocorre principalmente em consequência da destruição da floresta amazônica, que representa 80% das emissões de carbono no país. A expansão de monocultivos para a produção de agroenergia tende a aprofundar este problema, colocando uma pressão cada vez maior na fronteira agrícola da Amazônia e do Cerrado brasileiro. O Brasil é praticamente auto-suficiente em produção de energia. Portanto, a expansão da produção de agrocombustíveis tem como objetivo central atender a demanda de outros países, o que deve acelerar o aquecimento global em vez de contribuir com a preservação do planeta.

A aceleração do aquecimento global é um fato que coloca em risco a vida do planeta. Porém, é preciso desmistificar a principal solução apontada atualmente, difundida através da propaganda sobre os supostos benefícios dos agrocombustíveis. O conceito de energia “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes.

Aproveitando-se da legítima preocupação da opinião pública internacional com o aquecimento global, grandes empresas agrícolas, de biotecnologia, petroleiras e automotivas percebem que os agrocombustíveis representam uma fonte importante de lucro.

Uma mudança
nos padrões de
consumo de
energia é
imprescindível

Uma mudança nos padrões de consumo, principalmente nos países do hemisfério norte, é imprescindível, pois nenhuma fonte alternativa de energia seria capaz de suprir a atual demanda. No entanto, a opção pela redução do consumo é praticamente excluída do debate oficial quando se trata de discutir meios de diminuir a poluição atmosférica. O primeiro passo nesse sentido deveria ser o investimento massivo em transporte público, além de políticas de racionalização, contenção de desperdício e economia de energia, e da implementação de uma diversidade de fontes alternativas e verdadeiramente renováveis.

Porém, desde os anos 20, após a Primeira Guerra mundial, foi construída a fase do capitalismo conhecida como “fordismo”, baseada na poderosa indústria automobilística criada por Henry Ford, com estreitos vínculos ao setor petrolífero. “A humanidade da era industrial sacrifica tempo, espaço, riquezas naturais e, às vezes, as próprias vidas a essas máquinas às quais os publicitários atribuem virtudes mágicas”, descreve o jornalista Antonio Luiz Costa, da revista *Carta Capital*.

Em 1973, os veículos eram responsáveis por 42% das emissões de gás carbônico. Este índice subiu para 58% em 2000 e a tendência de aumento permanece. Analistas estimam que, dentro de 25 anos, a demanda mundial por petróleo, gás natural e carvão tenha um aumento de 80%.

A Organização Mundial da Saúde alerta que 1,2 milhão de pessoas morrem e 50 milhões de pessoas ficam incapacitadas por ano em consequência de acidentes de trânsito. Nos Estados Unidos os acidentes automobilísticos são a principal causa de mortes de pessoas até os 44 anos. Naquele país, os veículos ocupam 43% do espaço das cidades, sendo 33% para ruas e 10% para estacionamentos, e existem 770 automóveis para cada mil pessoas.

Pensar que a solução para salvar a vida no nosso planeta é continuar abastecendo a mesma quantidade de veículos, seja com combustíveis fósseis ou com agrocombustíveis é, no mínimo, ingênua. Além de sua inviabilidade econômica, os agrocombustíveis causam sérios problemas ambientais, como veremos mais adiante.

As guerras por fontes de energia

A maioria das guerras nas últimas décadas tem como fator central o controle de fontes de energia. Neste cenário, a política energética dos Estados Unidos, seguida por outros países da Europa, pode determinar a opção por um conflito armado ou invasão de territórios estrangeiros. Além de representar um tema central na sua política externa, o governo dos Estados Unidos visa garantir o monopólio de fontes de energia (tradicionais ou alternativas) por grandes empresas.

Muitos conflitos armados e processos de militarização envolvem também o interesse pelo controle de fontes naturais de água, que têm, entre outras funções, a de gerar energia.

1,2 bilhões de
pessoas não têm
acesso à água potável

— Segundo estimativas da ONU (Organização das Nações Unidas), 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico. Todos os anos, cerca de 2 milhões de crianças morrem por doenças causadas por água contaminada. Nos países mais pobres, uma em cada cinco crianças morre antes dos cinco anos de idade por doenças relacionadas à contaminação da água. O Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, caracteriza essa situação como sendo um “genocídio silencioso.”

A água é um recurso natural insubstituível. Caso se mantenha o atual ritmo de destruição de suas fontes, metade da população mundial ficará sem acesso à água potável em um período de apenas 25 anos. O aumento das monoculturas para a produção de agroenergia tende a aprofundar a violação do direito fundamental de acesso à água para consumo humano.

Porém, o padrão de vida baseado no alto consumo de energia é garantido aos setores privilegiados nos países centrais e periféricos, enquanto a maioria da população mundial não tem acesso a serviços básicos. Segundo o instituto *World Energy Statistics*, o consumo per capita de energia nos Estados Unidos é de 13.066 kwh, enquanto a média mundial é de 2.429 kwh. Na América Latina, a média é de 1.601 kwh.

Com o processo de privatização destes serviços, há um interesse ainda maior de empresas transnacionais, que lucram com esta política. O monopólio privado das fontes de energia é garantido através de cláusulas presentes nos Acordos de Livre Comércio (bilaterais ou multilaterais), nas políticas implementadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que estimulam desde a mercantilização de bens naturais até o desenvolvimento de megaprojetos de infra-estrutura e da indústria da guerra.

Na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estimula a produção de agrocombustíveis com o argumento que devemos utilizar nossos “enormes potenciais em terra cultivável, condições climáticas e custos de mão-de-obra”. O Banco anunciou recentemente sua intenção de investir \$3 bilhões de dólares em projetos privados de agroenergia.

A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sulamericana (IIRSA) também prevê uma série de grandes projetos energéticos. Porém, este modelo de integração segue o nosso padrão histórico que, desde a colonização, tem favorecido os interesses de grandes empresas e cumprido o objetivo de exportar matéria-prima barata e recursos naturais para países centrais ou metrópoles.

O papel dos países
periféricos é fornecer
energia barata para os
países ricos

— Neste contexto, o papel dos países periféricos é fornecer energia barata para países ricos, o que representa uma nova fase da colonização. As atuais políticas para o setor são sustentadas nos mesmos elementos que marcaram a colonização: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder.



2 O Mito dos Agrocombustíveis

É preciso desmistificar a propaganda sobre os supostos benefícios dos agrocombustíveis. O conceito de energia “limpa” e “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão mais ampla que considere os efeitos negativos destas fontes.

A produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e do milho

No caso do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, o cultivo e o processamento da cana poluem o solo e as fontes de água potável, pois utilizam grande quantidade de produtos químicos. Cada litro de etanol produzido dentro da usina, em circuito fechado, consome cerca de 12 litros de água. Esta quantidade não inclui a água utilizada no cultivo que, no caso das monoculturas irrigadas, consomem muito mais. Portanto, a produção de agroenergia representa um risco de maior escassez de fontes naturais e aquíferos.

O processo de destilação do etanol produz um resíduo chamado vinhoto. Para cada litro de etanol produzido são gerados de 10 a 13 litros de vinhoto. Uma parte do vinhoto pode ser utilizada como fertilizante, se diluído em água. Porém, pesquisadores advertem que esta substância contamina rios e fontes de água subterrâneas. Se a produção anual de etanol no Brasil é de 17 bilhões de litros, significa que pelo menos 170 bilhões de litros de vinhoto são depositados nas regiões de canaviais.

A queimada da cana serve para facilitar o trabalho da colheita, além do fato que, quando se corta a cana queimada, a mão-de-obra é mais barata. Porém essa prática destrói grande parte dos microorganismos do solo, polui o ar e causa doenças respiratórias. O processamento da cana nas usinas também polui o ar através da queima do bagaço, que produz fuligem e fumaça. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais tem decretado estado de alerta na região dos canaviais em São Paulo (maior produtor de cana do país) porque as queimadas levaram a umidade relativa do ar a atingir níveis extremamente baixos, entre 13% e 15%.



A expansão da monocultura irá substituir terras produtoras de alimentos por produção de agroenergia

Além da degradação ambiental e do uso indiscriminado dos recursos naturais, o monocultivo da cana-de-açúcar dominará algumas das melhores terras agricultáveis no Brasil. A expansão dessa monocultura irá substituir terras produtoras de alimentos em produção de agroenergia, visando principalmente o lucro. No Brasil, a produção de cana-de-açúcar tem invadido áreas de assentamentos da Reforma Agrária, de comunidades tradicionais e de outros setores do agronegócio, como a pecuária.

No caso da produção de etanol a partir do milho, o problema central é o risco que este projeto apresenta para a soberania alimentar. A diferença em relação a outros cultivos é que o milho é um dos principais grãos que formam a base da alimentação humana e sua utilização como combustível deve gerar um aumento de preços de vários produtos.

Recentemente, o governo dos Estados Unidos anunciou que pretende substituir 20% do consumo de gasolina com etanol. Atualmente o milho é a base da produção de etanol nos Estados Unidos. A meta do governo Bush é chegar a uma produção anual de 132 bilhões de litros de etanol até 2017. Para isso, os EUA (maior produtor de milho do mundo) teriam que utilizar toda a sua atual produção (268 milhões de toneladas de milho) e ainda necessitariam importar cerca de 110 milhões de toneladas—o que equivale ao total da produção anual de milho no Brasil.

Em 2006, o preço do milho no mercado mundial teve um aumento de 80%. No México, o aumento das exportações de milho para abastecer o mercado de etanol nos Estados Unidos causou um aumento de 100% no preço das *tortillas*, que representam a principal fonte de alimento da população. Na China, prevendo um problema de abastecimento, o governo proibiu a produção de etanol a partir do milho.

A edição de março de 2007 da revista *Globo Rural* traz um artigo que diz, “Em termos mundiais, o cultivo de milho deverá avançar sobre áreas de soja, trigo e algodão, o que vai causar uma alta generalizada desses produtos em um verdadeiro efeito dominó”. Os preços do trigo e do arroz já subiram, pois a demanda por estes cereais aumenta na medida em que a população busca alternativas para substituir o milho.

A alta do preço do milho deve afetar também o custo da criação de aves, bovinos e suínos, pois representa 75% de todos os grãos utilizados na ração animal. Isso acarretaria um aumento no preço de produtos derivados, como leite, ovos, queijo, manteiga, etc. Segundo o diretor da União Brasileira de Avicultura, Clóvis Puperi, “nenhum cereal teria a capacidade de substituir o milho com rapidez sem causar um terremoto no mercado”.

Outra ameaça é a elevada quantidade de água utilizada na produção de milho. Segundo o professor Pimentel, da Universidade de Cornell, em Nova York, para cada quilo de milho produzido, gasta-se de 500 a 1.500 litros de água. E para produzir um litro de etanol a base de milho, precisa-se de 1.200 a 3.600 litros de água. Além disso, as usinas são movidas a carvão ou gás, o que resulta em maior emissão de carbono na atmosfera.

A produção de diesel vegetal a partir da soja e do óleo de palma

No caso da soja, as estimativas mais otimistas indicam que o saldo de energia renovável produzido para cada unidade de energia fóssil gasto no cultivo é de 0,4 unidades. Isso se deve ao alto consumo de petróleo utilizado em fertilizantes e em máquinas agrícolas. Além disso, a expansão da soja tem causado enorme devastação das florestas e do cerrado (ou savanas), destruindo a biodiversidade em diversos países, inclusive no Brasil.

A soja tem sido apresentada pelo governo brasileiro como principal cultivo para agrodiesel.

— Mesmo assim, a soja tem sido apresentada pelo governo brasileiro como principal cultivo para agrodiesel, pelo fato de o Brasil ser um dos maiores produtores do mundo. “A cultura da soja desponta como a jóia da coroa do agronegócio brasileiro. A soja pode ser considerada a cunha que permitirá a abertura de mercados de biocombustíveis”, afirmam pesquisadores da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

O governo estima que mais de 90 milhões de hectares de terras brasileiras poderiam ser utilizadas para produzir agrocombustíveis. Somente na Amazônia, a proposta é cultivar 70 milhões de hectares com dendê (óleo de palma). Este produto é conhecido como “diesel do desmatamento”. Sua produção já causou a devastação de grandes extensões de florestas na Colômbia, Equador e Indonésia. Na Malásia, maior produtor mundial de óleo de palma, 87% das florestas foram devastadas. Na Indonésia, o governo pretende expandir a produção de óleo de palma em 16.5 milhões de hectares, o que pode resultar na destruição de 98% das florestas. Diversas organizações ambientalistas alertam que a expansão de monoculturas em áreas de florestas representa um risco muito maior para o aquecimento global do que as emissões de carbono provenientes de combustíveis fósseis.

A expansão de monoculturas em áreas de florestas representa um risco para o aquecimento global

— Além da destruição de terras agrícolas e de florestas, há outros efeitos poluidores neste processo, como a construção de infra-estrutura de transporte e armazenamento, que demandam grande quantidade de energia. Seria necessário também aumentar o uso de máquinas agrícolas, de insumos (fertilizantes e agrotóxicos) e de irrigação para garantir o aumento da produção. No caso do óleo de palma, um estudo do instituto Delft Hydraulics constatou que cada tonelada produzida representa 33 toneladas em emissões de dióxido de carbono. Portanto, este combustível vegetal polui 10 vezes mais do que o diesel comum.

A produção de biodiesel a partir da mamona e do pinhão manso

O Programa Brasileiro de Biodiesel inclui a mamona e o pinhão manso como possíveis culturas para a produção de agroenergia, principalmente envolvendo pequenos agricultores. Porém, há sérias dúvidas sobre a viabilidade desses projetos. Segundo analistas, a mamona é economicamente mais viável para outros fins, como a produção de óleo lubrificante para o setor de aviação e para automóveis de alto desempenho.

Sobre o pinhão manso, pesquisadores da Embrapa alertam que não há conhecimento técnico confiável que garanta a viabilidade da produção dessa cultura em volume suficiente para o Programa de Biodiesel. Eles afirmam que "grande parte das informações divulgadas sobre a cultura provém de fontes pouco confiáveis, principalmente da Internet, em páginas de empresas privadas, onde as vantagens da planta são exaltadas." E acrescentam que "não existem lavouras bem estabelecidas (com pelo menos cinco anos) onde se possa confirmar sua produtividade e rentabilidade. Seja no Brasil ou em outros países, não foram encontrados relatos de experimentos com validade científica de longa duração".

A produção de biomassa a partir de material celulósico

O ritmo acelerado de expansão das lavouras de milho, cana e soja causará forte impacto

— Novas pesquisas pretendem introduzir no mercado mundial a chamada "segunda geração" de agrocombustíveis, desenvolvidos a partir de material celulósico, que estariam disponíveis em aproximadamente dez anos. Com isso, cria-se a idéia de que os agrocombustíveis produzidos a partir de fontes de alimento seriam substituídos rapidamente, afastando o risco de impacto em relação à segurança e soberania alimentar. Porém, caso se mantenha o atual ritmo de expansão das lavouras de milho, cana, soja e palma (que atualmente são as principais matérias primas para os agrocombustíveis), dentro de dez anos já teremos um impacto significativo.

De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas de Alimentação (International Food Policy Research Institute), o preço dos alimentos pode subir de 20 a 33% até 2010 e de 26 a 135% até 2020, caso se mantenha a atual expansão da produção de agrocombustíveis. Segundo

a FAO, atualmente cerca de 824 milhões de pessoas não têm acesso à alimentação adequada. Este número pode subir para 1,2 bilhões em consequência do aumento do preço dos alimentos.

Outro mito em relação aos agrocombustíveis celulósicos é de que não utilizariam terras agrícolas e de que seria aproveitados resíduos orgânicos das próprias lavouras de milho, cana, etc. Em primeiro lugar, o que se costuma chamar de resíduos orgânicos são fertilizantes naturais que servem para nutrir e proteger o solo. Se este material é utilizado para outro fim, seria necessário aplicar fertilizantes químicos, a base de petróleo, o que anularia os efeitos positivos em relação ao aquecimento global.

A biomassa a partir de material celulósico está sendo desenvolvida principalmente através de espécies geneticamente modificadas de árvores, que apresentam um grande perigo de contaminação de outras lavouras, pois é praticamente impossível controlar sua polinização, além do risco de extensão dessas lavouras em áreas de florestas.

Agrocombustíveis transgênicos

Empresas de organismos geneticamente modificados, ou transgênicos, passaram a desenvolver tipos de culturas não comestíveis, somente para a produção de agroenergia. Como não há meios de evitar a contaminação dos transgênicos em lavouras nativas, essa prática coloca em risco a produção de alimentos e pode agravar o problema da fome no mundo.

Nos Estados Unidos, a produção de etanol já é feita a partir de um tipo de milho transgênico, não comestível. Os próprios agricultores admitem que não há meios de controlar a contaminação, pois cultivam ao mesmo tempo milho para etanol e para consumo humano.

A expansão da produção de agroenergia é de grande interesse para empresas de organismos geneticamente modificados como Monsanto

— A expansão da produção de agroenergia é de grande interesse para empresas de organismos geneticamente modificados como Monsanto, Syngenta, Dupont, Dow, Basf e Bayer, que esperam obter maior aceitação do público se difundirem os produtos transgênicos como fontes de energia “limpa”.

No Brasil, o grupo Votorantin tem desenvolvido tecnologia para a produção de cana transgênica para a produção de etanol, através de duas empresas, Alellyx e CanaVialis, que recentemente fizeram uma parceria com a Monsanto. Este acordo permitirá que a Alellyx e a CanaVialis tenham acesso a genes de soja e algodão transgênicos desenvolvidos pela Monsanto, para aplicar esta tecnologia nas pesquisas de cana-de-açúcar transgênica.



3

Efeitos destrutivos para a reforma agrária e para os/as trabalhadores rurais no Brasil

O caso do Brasil traz elementos que podem ser verificados em outros países. A indústria da cana foi o setor do agronegócio que mais cresceu em 2005. Em 2006, foram produzidos mais de 425 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em seis milhões de hectares de terra. Para 2007, o Ministério da Agricultura prevê um aumento de 10% na safra de cana-de-açúcar. Essa tendência de crescimento deve continuar. O Brasil é atualmente o maior produtor mundial de etanol e atingiu um recorde de 17,4 bilhões de litros em 2006. Estima-se que até 2012 a produção anual de etanol no Brasil seja de 35 bilhões de litros.

O Brasil tem aproximadamente 200 milhões de hectares de terras devolutas e 130 milhões de hectares de terras improdutivas, segundo estudos do II Plano Nacional de Reforma Agrária. A expansão de monoculturas para a produção de agrocombustíveis deve ampliar a grilagem de grandes áreas de terras públicas pelas empresas produtoras de soja, além de “legalizar” as grilagens já existentes.

O ciclo da grilagem no Brasil costuma começar com o desmatamento, utilizando-se de trabalho escravo, depois vem a pecuária e a produção de soja. Atualmente, com a expansão da produção de etanol, este ciclo se completa com a monocultura da cana. Tanto as terras devolutas como as terras improdutivas deveriam ser utilizadas na reforma agrária, para a produção de alimentos, para reflorestamento nas áreas degradadas pelo latifúndio e para atender a demanda histórica de cerca de cinco milhões de famílias sem terra.

Algumas grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas no Brasil, entre elas Bunge, Noble Group, ADM e Dreyfus, além de mega-empresários como George Soros e Bill Gates.

A indústria da cana gera desemprego

Em muitas regiões do país, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada “economia da cana”, onde existem somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Apesar da propaganda de “eficiência”, a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava

— Apesar da propaganda de “eficiência”, a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. No estado de São Paulo, maior produtor do país, a meta de cada trabalhador é cortar entre 10 e 15 toneladas de cana por dia.

No estado de São Paulo, os trabalhadores recebem R\$2,44 por tonelada de cana cortada e empilhada. Para receber R\$413 por mês, os trabalhadores têm que cortar uma média de 10 toneladas de cana por dia. Para isso, são necessários 30 golpes de facão por minuto, durante oito horas de trabalho por dia.

Segundo o professor Pedro Ramos, da Unicamp, nos anos 80 os trabalhadores cortavam cerca de 4 toneladas e ganhavam o equivalente a R\$9,09 por dia. Atualmente, para ganhar R\$6,88 por dia é necessário cortar 15 toneladas. Novas pesquisas com cana-de-açúcar transgênica, mais leve e com maior nível de sacarose, significam mais lucros para os usineiros e mais exploração para os trabalhadores. Segundo pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), “antes 100m² de cana somavam 10 toneladas, hoje são necessários 300m² para somar 10 toneladas”.

Escravidão e morte de trabalhadores

Esse padrão de exploração tem causado sérios problemas de saúde e até a morte dos trabalhadores. Entre 2005 e 2006 foram registradas 17 mortes por exaustão no corte da cana. “O açúcar e o álcool no Brasil estão banhados de sangue, suor e morte”, afirma a pesquisadora Maria Cristina Gonzaga, da Fundacentro, um órgão do Ministério do Trabalho.

Em 2005, outras 450 mortes de trabalhadores foram registradas pelo MTE nas usinas de São Paulo. As causas destas mortes são assassinatos, acidentes no precário transporte para as usinas, em consequência de doenças como parada cardíaca, câncer, além de casos de trabalhadores carbonizados durante as queimadas. Maria Cristina Gonzaga estima que 1.383 canavieiros morreram em situação semelhante entre 2002 e 2006.

Entre abril e maio de 2007, foram registradas três mortes de trabalhadores nos canaviais do estado de São Paulo. José Pereira Martins, de 52 anos, morreu de infarto após o trabalho no corte da cana na cidade de Guariba.



Lourenço Paulino de Souza, de 20 anos, foi encontrado morto usina São José, em Barretos.

No dia 15 de abril, um funcionário da usina Santa Luiza, no município de Motuca, morreu de asfixia e outro ficou gravemente ferido, quando faziam o controle da queima da cana e foram atingidos pelas chamas. Adriano de Amaral, de 31 anos, morreu quando faltou água no caminhão-pipa que dirigia para controlar o fogo. Ele era pai de um menino de sete anos e de um bebê com apenas 20 dias. O outro trabalhador, Ivanildo Gomes, de 44 anos, teve queimaduras em 44% de seu corpo.

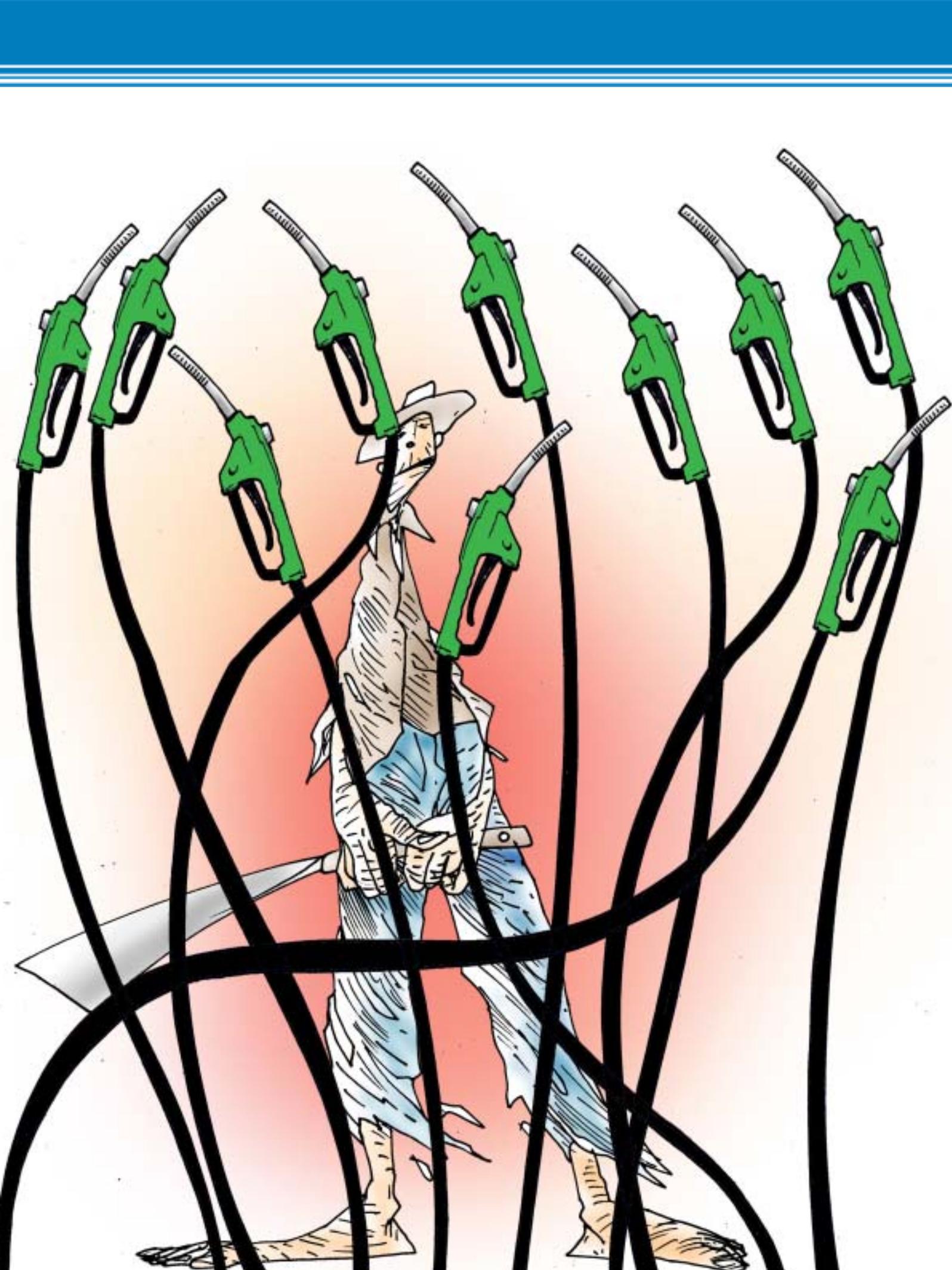
Todos os anos, centenas de trabalhadores são encontrados em condições semelhantes nos canaviais: sem registro trabalhista, sem equipamentos de proteção, sem água ou alimentação adequada, sem acesso a banheiros e vivendo em moradias precárias. Muitas vezes os trabalhadores precisam pagar por instrumentos como botas e facões. No caso de acidentes de trabalho, não recebem tratamento adequado.

O trabalho escravo é comum no setor. Os trabalhadores são geralmente migrantes do nordeste ou do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, aliciados por intermediários ou “gatos”, que selecionam a mão-de-obra para as usinas. Em 2006, a Procuradoria do Ministério Público fiscalizou 74 usinas no estado de São Paulo e todas foram autuadas. Em março de 2007, fiscais do MTE resgataram 288 trabalhadores em situação de escravidão em seis usinas de São Paulo. Em outra operação realizada em março, o Grupo de Fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul resgatou 409 trabalhadores no canavial da usina de álcool Centro Oeste Iguatemi. Entre eles, havia um grupo de 150 índios.

Em julho de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 1108 trabalhadores que faziam a colheita da cana para a fazenda Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis (Pará), localizado a 390 km de Belém.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) informa que: “De acordo com o auditor fiscal do trabalho e coordenador da ação, Humberto Célio Pereira, havia trabalhadores que recebiam menos de R\$ 10,00 por mês, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber de salário. O auditor informa ainda que a comida fornecida aos trabalhadores estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, não havia transporte à disposição dos trabalhadores para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros”.

Entre 2005 e 2006 foram registradas 17 mortes por exaustão no corte da cana.



4 A indústria dos agrocombustíveis na América Latina e Caribe

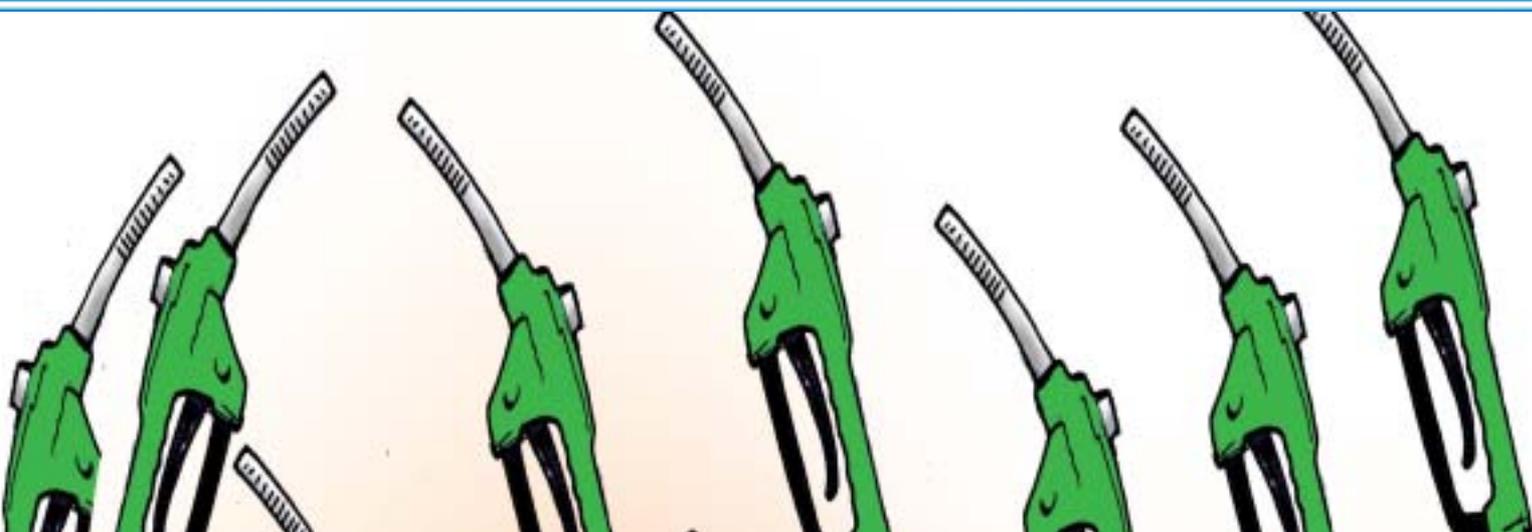
A indústria da cana foi uma das primeiras atividades das Américas no período da colonização, sempre marcada pela apropriação de território e pela exploração da mão-de-obra. Esta atividade permitiu que setores que controlavam a produção e a comercialização conseguissem acumular capital e com isso contribuir para a estruturação do capitalismo na Europa.

Na maioria dos países latinoamericanos, os usineiros controlam tanto a propriedade da terra como a cadeia produtiva. Na atualidade, o setor canavieiro tem se expandido na América Latina, a partir da propaganda dos agrocombustíveis como alternativas para conter o aquecimento global. Há também o interesse estratégico do governo estadunidense e de empresas multinacionais em garantir o fornecimento de energia barata e dominar o mercado mundial do produto.

A produção de etanol deve aumentar na América Latina, a partir de um memorando assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, em março de 2007, para difundir os agrocombustíveis na região. Atualmente, Brasil e Estados Unidos são responsáveis por 70% da produção mundial de etanol.

O memorando cita especificamente a América Central e o Caribe como “regiões chaves” para a produção de agroenergia. O efeito deste anúncio foi imediato. A Guatemala iniciou recentemente a produção de etanol em alguns engenhos que tradicionalmente produziam açúcar. Existem hoje quatro destilarias de etanol no país, que conjuntamente produzem cerca de 550 mil litros do produto por dia.

Em El Salvador, o presidente Elías Antonio Saca negociou um projeto piloto para receber assistência técnica do Brasil e dos Estados Unidos para iniciar um Programa Nacional de Agrocombustíveis.



Os incentivos aos projetos de agrocombustíveis retiram recursos e infaestrutura da pequena agricultura, responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos no mercado interno.

Na Costa Rica, a edição de 20 de março do diário *La Nación* revela que “a grande demanda mundial de etanol repercutirá em uma mudança na estrutura agropecuária nacional”. Técnicos do Ministério da Agricultura naquele país pretendem estimular a substituição de outras culturas pela cana-de-açúcar e pela mandioca, para a produção de etanol e diesel vegetal. “O país deve adotar a decisão de concentrar-se nesses produtos e evitar investimentos e pesquisa em outros”, afirmaram Alfredo Volio e Carlos Villalobos, ministro e viceministro de Agricultura.

Organizações camponesas ligadas à Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) rechaçaram essa política, pois argumentam que representa um risco para a produção de alimentos e para a própria sobrevivência de comunidades rurais. Os incentivos aos projetos de agrocombustíveis retiram recursos e infaestrutura da pequena agricultura, responsável pela produção da maioria dos alimentos consumidos no mercado interno.

O interesse estratégico do governo Bush em converter a América Central em uma região exportadora de etanol está relacionado à pressão imposta aos países centroamericanos para aprovar o Tratado de Livre Comércio entre Centroamérica e Estados Unidos (CAFTA), que facilitaria a entrada do produto no mercado norteamericano.

5

América Central

Na América Central, a cultura da cana-de-açúcar é uma das atividades agroindustriais mais rentáveis, devido ao volume e ao controle dos mercados por parte das principais usinas. Estas últimas pertencem, em toda a região, aos membros das classes dominantes e são eles os que marcam a pauta da produção e comercialização do açúcar, subordinando os pequenos e médios produtores de cana que participam do processo produtivo, normalmente como fornecedores de matéria-prima.

A Guatemala é o terceiro país exportador de açúcar da América Latina e o primeiro da América Central. Em ordem de importância, seguem na lista El Salvador, Costa Rica, Nicarágua, Honduras e Panamá.

Mas este panorama empresarial contrasta de forma violenta com a realidade vivida pelos trabalhadores nas plantações de açúcar e nas usinas de toda a região.

Costa Rica e Nicarágua

Analisamos aqui esse tema nos casos da Costa Rica e da Nicarágua, para termos uma idéia da realidade cotidiana de milhares de trabalhadores agrícolas nas regiões de produção de cana-de-açúcar de ambos os países. Nesse sentido, é necessário destacar que o crescimento da migração (temporária ou permanente) da Nicarágua para a Costa Rica permitiu o surgimento de uma espécie de zona binacional para o desenvolvimento e cultura da cana-de-açúcar, onde o primeiro país fornece mão-de-obra e o segundo, maquinário e capital, mas também onde os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras são violados sem nenhum tipo de controle estatal.

Na Nicarágua, o controle da produção e comercialização do açúcar está nas mãos dos grandes produtores.

A safra na Costa Rica é realizada entre dezembro e maio; na Nicarágua, entre novembro e maio. Existe um convênio entre os dois países para a “importação” de mão-de-obra nicaragüense, que contempla algumas condições favoráveis para o trabalhador (segurança migratória, adiantamentos de dinheiro e mantimentos, entrega de ferramentas), mas tal convênio não é cumprido por várias razões, especialmente porque os contratadores não respeitam seus termos e isso gera ampla deserção de trabalhadores, que passam para a “ilegalidade”.

A agroindústria açucareira costarriquenha aglutina 7.000 produtores independentes e 16 usinas espalhadas pelo país. Estas usinas encontram-se em quatro regiões: Pacífico Central, Pacífico Seco, Huetar Norte e Huetar Atlântica.

Na Nicarágua, o controle da produção e comercialização do açúcar, tanto para os mercados externos como no mercado interno, está em mãos dos grandes produtores. A produção de açúcar é controlada pelas usinas, que controlam igualmente as cadeias de comercialização. Na Nicarágua existem quatro usinas açucareiras que controlam todo o processo produtivo.

Perfil dos trabalhadores e condições de trabalho

No caso costarriquenho, o perfil dos trabalhadores vai depender da região na qual a atividade se desenvolve. Nos últimos anos, o fenômeno da migração tem sido explosivo e isso se reflete no fato de que mais de 90% dos trabalhadores da agroindústria da cana na Região Pacífico Seco provêm da Nicarágua. Isso configura um perfil de trabalhador que, muitas vezes, em condições migratórias irregulares de acordo com as leis vigentes, aceita condições de trabalho muito abaixo dos padrões estabelecidos pelo Código de Trabalho da Costa Rica e pelos Convênios da Organização Internacional do Trabalho, entre eles o 87 e o 98, que também fazem parte do ordenamento jurídico costarriquenho. Em contraste com as percentagens anteriores, em outras regiões do país (por exemplo, Huetar Norte e Pacífico Central), 85% da mão-de-obra é costarriquenha e 15% é estrangeira, em especial nicaragüense.

Normalmente trata-se de pessoas que trabalham em outras atividades agrícolas sazonais (coleta de café, corte de abacaxi, etc.), tanto na Nicarágua como na Costa Rica; assim, sua rotação nas diferentes atividades produtivas é muito alta. A permanência desses trabalhadores na Costa Rica (no caso dos nacionais, o tempo dedicado à atividade canavieira) é de uns 3,8 meses. É notória também a participação feminina muito reduzida, sendo homens, em todos os casos, mais de 90% dos que trabalham.

Na Nicarágua, os trabalhadores são fundamentalmente nacionais e a imensa maioria é de trabalhadores temporários; trata-se em mais de 90% dos casos de homens, que se dedicam também a outras atividades agrícolas sazonais durante o ano, tanto na Nicarágua como na Costa Rica.

Em ambos os países, as condições de trabalho são duras, a violação dos direitos trabalhistas é generalizada e as condições de contratação são precárias e flexibilizadas, isto é, não se respeita absolutamente a legislação trabalhista, em prejuízo direto da pessoa trabalhadora. Assinalamos aqui alguns aspectos centrais sobre as condições de trabalho no setor da agroindústria da cana, por país.

Condições de trabalho na agroindústria da cana na Costa Rica

Regime de contratação

A contratação se realiza muitas vezes de forma indireta, mediante a figura do contratador. Este último realiza a intermediação entre as usinas, os produtores independentes e os trabalhadores. Mesmo quando se contrata o trabalhador sem a mediação do contratador, seus direitos trabalhistas são violados.

As mulheres participam de forma desigual no processo produtivo, e são mais vulneráveis à violação de seus direitos pelo fato de serem contratadas de forma verbal e indireta. As mulheres não recebem seu pagamento diretamente, este é entregue para o homem que disser ser seu companheiro.

Salários

Existe no setor uma recorrente flexibilização salarial, pois nas diversas regiões produtoras definem-se diferentes formas de cálculo de pagamento: em alguns casos paga-se por tonelada e em outros por metro linear de cana cortada. Isto ocorre nas atividades de safra. Não se respeita a legislação sobre salários mínimos, já que, embora o salário seja em média de cerca de \$8 diários, esse salário se consegue após trabalhar jornadas mais longas do que as permitidas por lei.

O contratador define o salário a pagar aos trabalhadores/as, dependendo do lucro que pretende obter. O contratador recebe da usina o montante total do custo trabalhista e paga aos trabalhadores, esquema com o qual se dilui a responsabilidade patronal.

A situação de ilegalidade de muitos trabalhadores leva alguns deles a trabalharem nas usinas a troco de teto e comida, o que evidencia a gravidade da situação trabalhista nesse setor e o descumprimento da legislação que estabelece salários mínimos e a proteção do salário.

Na atividade canavieira, o tempo extra trabalhado não é pago.

Jornadas de trabalho

As jornadas de trabalho superam as 8 horas diárias (chegam a ser de 10 ou 12 horas diárias).



Por mês só se tem dois dias livres, trabalhando-se então 28 ou 29 dias, com absoluta disponibilidade para com o patrão.

Sindicalização

Na Costa Rica, não existe liberdade de sindicalização e, portanto, não existem sindicatos nem nas usinas açucareiras nem no setor. O que existe são “associações solidárias”, um tipo de organização trabalhista controlada pelos patrões que se conformou para eliminar os sindicatos autônomos.

A subcontratação, a irregularidade migratória e a temporalidade reduzida da safra tornam praticamente impossível a sindicalização dos trabalhadores.

Seguridade social, riscos do trabalho

Os trabalhadores não contam com seguro social, seguro por riscos do trabalho e não recebem nenhum tipo de reconhecimento salarial adicional

Os trabalhadores muitas vezes não contam com seguro social, seguro por riscos do trabalho e não recebem nenhum tipo de reconhecimento salarial adicional como décimo-terceiro ou prestações por inatividade. Só estão segurados os trabalhadores permanentes das usinas, que representam uma porcentagem pequena do total de trabalhadores vinculados à atividade açucareira.

A exposição a fatores climáticos adversos, o uso de maquinário e ferramentas e a manipulação de substâncias tóxicas (agroquímicos), produzem acidentes de trabalho, incidem diretamente sobre a saúde e a vida das pessoas trabalhadoras. *Fontes: Acuña (2004, 2005); Legall (2005)*

Riscos e doenças do trabalho na atividade canavieira, Costa Rica

No caso da colheita, na parte de riscos, indica-se que os trabalhadores se expõem, entre outras coisas, a ruídos, vibrações, calor por radiação, produto de sua relação com maquinário agrícola; seu contato com agroquímicos os expõe a riscos tais como pó, vapores e gases de praguicidas e fertilizantes; ao mesmo tempo, o meio ambiente natural no qual devem trabalhar apresenta riscos tais como calor (umidade/temperatura), radiações ultravioleta (solar), luz visível (solar), condições climatológicas (chuva, vento, raios, etc.).

Sabe-se que os trabalhadores do corte de cana se expõem a algumas doenças como cistite (inflamação dolorosa das vias urinárias como resultado de suportar altas temperaturas produto da queima da cana) e as diarréias, como consequência de pegar os alimentos com as mãos sujas no mesmo lugar onde trabalham. (*Fonte: Acuña, 2004.*)

Condições de trabalho na agroindústria da cana na Nicarágua

Regime de contratação

A subcontratação mediante empresas ‘contratadoras’ é uma prática generalizada. 90% das pessoas que trabalham na indústria açucareira são subcontratadas.

A pessoa subcontratada não tem acesso aos benefícios socioeconômicos que a usina oferece aos trabalhadores/as permanentes, o que aprofunda sua situação de pobreza e exclusão social. O contrato é realizado sempre de forma verbal, prática flexibilizadora permitida pelo Código de Trabalho para labores agrícolas (esta é, portanto, uma forma de flexibilidade “legal” do contrato de trabalho).

Também são subcontratados durante a safra os transportadores ou ‘cabezaleros independentes’, os quais nem sequer aparecem no quadro da usina, por não terem nenhum tipo de relação formal com esta e, obviamente, não têm nenhum tipo de benefício ou seguro. Este tipo de contratação é chamado de contratação “por serviço”, ou seja, por uma tarefa concreta e que não tem continuidade no processo produtivo. Encontram-se nesta condição os caminhoneiros, ajudantes, carregadores, peões.

Salários

Os salários não permitem cobrir gastos e necessidades básicas da família

No que diz respeito aos salários, a receita média não supera os 70 dólares mensais, renda que não permite cobrir os gastos e necessidades básicas de um núcleo familiar.

Jornadas de trabalho

As jornadas de trabalho são de cerca de 12 horas diárias ou mais, todos os dias da semana, durante o período da safra (de 4 a 7 meses em média).

Isso significa que os trabalhadores/as, durante o período da safra, trabalham no mínimo 84 horas por semana, sem períodos de descanso suficientes dentro da jornada e expostos a condições climáticas extremas.

Sindicalização

As práticas de subcontratação massiva diminuem o poder negociador e representativo das organizações sindicais nas usinas. Existem poucos sindicatos e com pouca filiação, já que a sindicalização não supera 30% e só se dá entre trabalhadores permanentes.

100% dos trabalhadores temporários não são filiados a nenhum sindicato

A impossibilidade de exigirem coletivamente seus direitos junto à usina ou ao contratador faz com que 100% dos trabalhadores/as açucareiros temporários não estejam filiados a nenhum sindicato e não possam gozar de convenções coletivas de trabalho. Mas nem os empregados/as permanentes se integram de forma generalizada aos sindicatos, dado que mais de 90% dos trabalhadores/as permanentes entrevistados não pertencem a nenhuma organização sindical.

As usinas se utilizam da ameaça de demissão, de rebaixamento salarial ou de realocação trabalhista se uma pessoa manifestar a intenção de se filiar ou conformar um sindicato. Estes dados podem ser comprovados observando que 82.6% dos entrevistados consideram que existe em seus locais de trabalho uma proibição de seu direito de liberdade de associação.

Entretanto, existem sindicatos patronais formados pelas próprias usinas com pessoal administrativo, como uma fachada para desmentir as acusações feitas sobre a violação da liberdade de sindicalização no setor.

Riscos e doenças do trabalho na atividade canavieira, Nicarágua

Câncer de pele e pulmão e problemas de rins são algumas das principais doenças dos trabalhadores

— Quanto aos acidentes de trabalho, 85,5% dos trabalhadores, especialmente os de roça, reportam terem sofrido cortes de diferente tamanho; 7,5% indicam terem sofrido queimaduras, e 3%, fraturas.

Em relação às principais doenças de trabalho, encontramos o câncer de pele e de pulmão, problemas nos rins, esterilidade e perda parcial da vista.

A exposição a produtos químicos, a fumaça durante a queima da cana-de-açúcar, a exposição prolongada a fatores meio-ambientais adversos e a exposição a resíduos tóxicos, figuram dentro dos principais fatores de risco.

Em todos os casos, é baixíssimo o nível de cobertura e atenção destes acidentes de trabalho, tanto no sistema de saúde pública como por parte das empresas. *(Fonte: Legall, 2005).*

Principais problemas nas plantações de cana-de-açúcar em Honduras

Trabalhadores temporários (safra)

- Freqüente padecimento de doenças bronquiais, produto de sua permanente exposição à fumaça gerada pela queima e o pó da terra levantada pelos caminhões que carregam a cana.

- Fortes dores de cabeça pela exposição prolongada a altas temperaturas, já que o período de safra abarca a maior parte do verão e a localização geográfica dos canaviais é nas zonas mais quentes do país.

- Fadiga e dores musculares pela excessiva prolongação das jornadas de trabalho, em tarefas que por sua natureza requerem muita força e desgaste físico.

São inúmeras as doenças que afetam os trabalhadores das usinas

— - Constante dor na cintura e nos rins pela permanente ação de se agachar e levantar durante o corte da cana e a escassa ingestão de água, que não compensa a excessiva sudoração.

- Irritações na pele para aqueles que realizam atividades de aplicar agroquímicos.

Trabalhadores permanentes (usinas)

- Doenças bronquiais por sua exposição a produtos químicos.

- Dores de cabeça pelas altas temperaturas geradas pelo calor ambiental.

- Problemas auditivos pelo ruído produzido pela maquinaria durante o processo produtivo.

- Casos de irritação visual em algumas usinas que não fornecem os óculos apropriados para aqueles que manuseiam e limpam as caldeiras.

Guatemala

Histórico da posse da terra

O sistema fundiário na Guatemala tem raízes na conquista espanhola, quando a terra foi expropriada das populações indígenas e dada como recompensa aos novos colonizadores. Depois da independência, em 1821, a posse da terra permaneceu altamente desigual. Produtores de culturas de exportação, como a cana-de-açúcar, forçaram os indígenas a se deslocarem para altitudes mais elevadas, cujo clima muito frio era inadequado para o tradicional cultivo da *milpa* (consórcio de milho e feijão).

Até hoje a população rural da Guatemala sofre com um dos mais injustos sistemas de concentração fundiária do mundo. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimento, 0,15% dos produtores detinham 70% das terras aráveis, produzindo para exportação; enquanto 96% dos produtores ocupavam apenas 20% das terras. No campo, 90% dos habitantes vivem na pobreza e mais de 500.000 famílias estão abaixo do nível de subsistência. Ao mesmo tempo, o país tem uma das populações rurais historicamente mais estáveis da América Latina, abrangendo 69% do total, e acima de 50% do conjunto dos trabalhadores encontram-se envolvidos com a agricultura.

Diversas análises sugerem que as terras de cultivo na Guatemala têm se tornado cada vez mais concentradas com o passar do tempo. Entre 1964 e 1979, o número de unidades agrícolas com menos de 3,5 ha duplicou e o tamanho médio daquelas com menos de 7 ha caiu de 2,4 ha para 1,8 ha, no período de 1950 a 1979. Analisando os dados do Censo Agrícola de 1979, verificamos uma distribuição de terra extremamente desigual: 88% das propriedades tinham uma área menor que os 7 ha necessários para a subsistência das famílias, possuindo 16% das terras aráveis, enquanto pouco mais de 2% das fazendas mantinham 65% das terras aráveis.

Os mais de trinta anos de intervenções no campo por diferentes governos, seja a colonização dirigida pelo Estado ou o programa impulsionado pelo mercado, não afetaram a estrutura agrária concentradora e excludente: manteve-se o padrão latifúndio-minifúndio, o dualismo entre a produção agroexportadora e a de consumo interno.

A maior parte da terra está concentrada em poucas mãos e as grandes propriedades dominam áreas onde a terra é mais fértil, situadas ao sul do

Até hoje a população rural da Guatemala sofre com um dos mais injustos sistemas de concentração fundiária do mundo.



país, no litoral Pacífico. Esta região concentra a produção de cana, controlada por grandes empresários ou usineiros.

A Coordenação Nacional de Indígenas e Camponeses (CONIC) denuncia que, nos distritos montanhosos, o problema do minifúndio tornou-se endêmico e grande parte da população indígena migrou, devido a pouca disponibilidade de terra arável. Estima-se que mais de 60% da população rural economicamente ativa dos distritos montanhosos migra em busca de emprego durante algum período do ano.

A concentração fundiária, fruto da expropriação histórica das terras indígenas, tem sérias conseqüências para o uso sustentável da terra

— A concentração fundiária, fruto da expropriação histórica das terras indígenas, tem sérias conseqüências para o uso sustentável da terra, a auto-suficiência dos pequenos proprietários e a soberania alimentar. Além disso, o deformado regime agrário guatemalteco resulta em uma desproporção de recursos públicos direcionados ao setor agro-exportador, em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno.

A Reforma Agrária

Juan Jose Arévalo tornou-se presidente em 1945, promulgando uma nova constituição que estabeleceu a "propriedade social da terra" e a erradicação do latifúndio. À época, os 22 maiores latifundiários possuíam mais terras do que cerca de 250 mil famílias camponesas. A *Ley de Titulación Suplementaria*

Em 1945, os 22 maiores latifundiários possuíam mais terras do que cerca de 250 mil famílias camponesas.

foi aprovada, determinando a concessão do título de propriedade aos posseiros que cultivassem a terra por mais de dez anos.

A legislação de Arévalo e a crescente proeminência das organizações de trabalhadores e camponeses durante o período de 1944-1954 constituíram a base do programa de reformas de Jacobo Arbenz, eleito presidente em 1951. Deparando-se com uma distribuição fundiária na qual 88% das unidades agrícolas ocupavam 14% das terras e os grandes fazendeiros cultivavam, em média, 19% de suas propriedades, a 17 de junho de 1952 o Congresso Guatemalteco aprovou a Lei de Reforma Agrária. Seus principais objetivos eram eliminar as condições feudais e todas as formas de servidão do trabalho, prover terra aos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra e distribuir crédito e assistência técnica aos pequenos proprietários. Estima-se que 180 mil famílias foram beneficiadas, representando cerca de 10% da população total da Guatemala, à época.

A oposição à reforma agrária foi rápida e decisiva. Em 27 de junho de 1954, Arbenz foi deposto pelo coronel Castillo Armas. A reforma agrária na Guatemala tem sido virtualmente um “tabu” desde que o programa de Arbenz foi esmagado em 1954.

A pressão do governo dos EUA para “repelir a ameaça comunista”, enquanto protegiam os interesses de companhias norte-americanas, principalmente a *United Fruit*, facilitou o golpe militar, apoiado pela CIA, e reverteu a tentativa de transformação agrária. Nos primeiros seis meses após o golpe, a maioria das expropriações foi anulada e as terras retornaram a seus antigos donos.

Nenhuma expropriação de terra ocorreu na Guatemala desde 1954, fortalecendo o injusto sistema de distribuição de terras que persiste até hoje. As três décadas de ditadura que se seguiram causaram a morte de cerca de 300 mil pessoas. O Exército cometia massacres. Massacraram dirigentes camponeses, sindicatos, líderes de diferentes organizações sociais, e também invadiram a terra de várias comunidades. Muitos membros de sindicatos foram massacrados e isso resultou em um grande temor para os trabalhadores que persiste até hoje, como no caso dos cortadores de cana, que têm medo de se organizar.

O apoio dos EUA, incentivando as exportações agrícolas para o mercado externo, ajudou os grandes produtores de cana-de-açúcar e consolidou a repressão, como um “aviso” contra futuras distribuições de terra.

Na década de noventa, dois pontos dominaram o debate político na Guatemala: a pressão de organismos internacionais para implementar políticas neoliberais de ajuste estrutural e o processo de paz visando negociar o fim da guerra civil.

Nenhuma expropriação de terra ocorreu na Guatemala desde 1954, fortalecendo o injusto sistema de distribuição de terras que persiste até hoje



Os Acordos de Paz

Em 6 de maio de 1996, o Governo Guatemalteco, o Comando Geral da *Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca* e um representante das Nações Unidas assinaram o “Acordo sobre aspectos sócio-econômicos e situação agrária”, como parte de um abrangente “Acordos de Paz” que, oficialmente, pôs fim a 36 anos de guerra civil. As negociações simbolizaram um marco na tentativa de redirecionar as abordagens sobre o histórico problema fundiário no país.

*O Estado deve
prover terra aos
povos indígenas,
eliminar a
discriminação de
gênero e
regularizar as
posses comunais*

— Dois outros componentes do tratado de paz, o “Acordo sobre Direitos e Identidade do Povo Indígena” e o “Acordo de Reassentamento de Populações Desalojadas”, também se referem à questão agrária e ao desenvolvimento rural. O primeiro enfatiza o dever do Estado em prover terra aos povos indígenas, eliminar a discriminação de gênero e regularizar as posses comunais. O segundo reitera o compromisso do governo com a resolução de disputas por terras geradas durante a guerra e a identificação de áreas para reassentamento. Entretanto, até o momento, a maioria das cláusulas do Acordo de 1996 não foi cumprida; persistem os problemas de pobreza rural e acesso à terra.

Os termos do Acordo resultaram de prolongadas negociações entre vários grupos. A Coordenação Nacional de Organizações Camponesas (CNOC) exigiu a garantia da posse da terra para os pobres, o cumprimento dos direitos humanos, a desmilitarização do campo, o apoio financeiro e técnico, o respeito ao modo Maia de encarar o mundo e a reforma da Constituição e das instituições estatais. A CNOC também reintroduziu a idéia de “propriedade social” como forma de defender a recuperação e proteção de terras comunais camponesas e indígenas.

o princípio
fundamental
do desenvolvimento
rural é o acesso
à terra



Atualmente, a avaliação dos movimentos sociais rurais é de que a situação de fome e pobreza piorou após os acordos de paz, pois durante a guerra civil havia mais pressão popular para manter os direitos dos trabalhadores.

A situação dos trabalhadores no corte da cana

Segundo avaliação da Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC), depois dos acordos de paz houve um aumento do trabalho temporário e da degradação dos direitos trabalhistas no meio rural. O período médio de trabalho é de apenas três meses. Os trabalhadores não têm contrato direto com as empresas. Desta forma, as empresas fogem da responsabilidade de respeitar leis trabalhistas. O acordo é negociado através de intermediários, que recebem uma porcentagem do salário dos canavieiros.

Não há políticas públicas que garantam os direitos dos cortadores de cana. Durante o governo de Jacobo Arbenz Guzmán foi criado o Instituto Guatemalteco de Seguridad Social, que deveria garantir direitos básicos e aposentadoria rural. Porém, atualmente esta instituição está ameaçada pelo processo de privatização de serviços públicos.

Grande parte da mão-de-obra na indústria da cana é migrante, formada por camponeses das regiões montanhosas do país. As condições de trabalho são extremamente precárias. Os canavieiros vivem em galpões, sem instalações sanitárias. Para agüentar o trabalho forçado, recebem substâncias químicas estimulantes. No caso de sofrerem acidentes de trabalho ou outros problemas de saúde, que ocorrem com frequência, não recebem tratamento médico. Não há serviços de saúde pública ou assistência por parte das empresas a esses trabalhadores.

Os movimentos sociais propõem o fim do modelo agro-exportador a democratização da terra e a diversificação da economia. — **Reivindicações das organizações camponesas**

Para a Coordenadora Nacional de Organizações Camponesas – CLOC, o princípio fundamental do desenvolvimento rural é o acesso à terra, apoiado por investimentos em infra-estrutura e serviços para facilitar meios de vida sustentáveis. Os movimentos sociais propõem o fim do modelo agro-exportador, a democratização da terra e a diversificação da economia. Suas reivindicações incluem:

- a) O resgate de terras públicas, improdutivas e comunais. A democratização da posse da terra é baseada nos seguintes princípios: “terra para quem cultiva; função social da propriedade; reconhecimento de reivindicações históricas pela terra”.
- b) Direitos e seguridade social: As mulheres e as comunidades historicamente marginalizadas devem ser priorizadas.
- c) Eliminar latifúndios improdutivos e aplicar um imposto sobre terras ociosas que obrigue os proprietários a gerar empregos ou a passar a terra aos camponeses sem-terra.
- d) Realizar a expropriação de terras ociosas e pouco utilizadas e recuperar as terras usurpadas durante a guerra civil.
- e) Limitar a extensão das terras.



6

A indústria da cana na República Dominicana

As primeiras plantações de cana-de-açúcar foram introduzidas na República Dominicana pelos colonizadores espanhóis, no princípio do século XVI. Atualmente, a agricultura é um dos setores mais importantes da economia nacional, sendo que a cana-de-açúcar é o principal produto agrícola. O setor está concentrado em três empresas, que controlam 75% das plantações de cana: o Consejo Estatal del Azúcar (CEA), que detém 50% da produção, a Casa Vicini, uma empresa nacional, e a Central Romana, uma empresa estrangeira. A maior parte da produção está localizada no Sudeste do país.

Migração

Durante muitos anos houve conflitos sobre os limites fronteiriços entre Haiti e República Dominicana, que foram definidos a partir de um tratado assinado em janeiro de 1929. Porém, milhares de haitianos permaneceram em território dominicano, a maioria servindo de força de trabalho nos canaviais.

Até hoje o setor depende fundamentalmente de imigrantes haitianos, que representam 90% da mão-de-obra no corte da cana. As estimativas do número de imigrantes haitianos na República Dominicana variam de 500 mil a 1 milhão. O próprio governo dominicano muitas vezes estimula a imigração haitiana, como forma de conseguir mão-de-obra barata nos canaviais. Porém, os imigrantes não têm acesso a direitos básicos e frequentemente são deportados depois que sua força de trabalho é explorada.

Um dos principais problemas desses imigrantes é que legalmente é como se não existissem. São conhecidos como 'cidadãos sem país', pois não



possuem nenhum tipo de cidadania. Muitos haitianos já chegam à República Dominicana sem possuir documentos e permanecem dessa forma. Os filhos desses imigrantes nascidos no país não são reconhecidos como cidadãos e não recebem certidões de nascimento.

As comunidades de imigrantes haitianos são chamadas de Bateyes. As condições de vida nessas comunidades são de extrema pobreza e os imigrantes moram geralmente em barracos superlotados, sem luz, saneamento básico ou água potável. Não há serviço de saúde, espaços recreativos ou escolas.

A palavra Batey é proveniente do idioma indígena dos Taínos, que originalmente habitavam a região e foram convertidos em escravos durante a colonização espanhola. Atualmente, as condições de trabalho dos imigrantes cortadores de cana podem ser caracterizadas como análogas à escravidão.

Eles enfrentam condições de trabalho muito difíceis, trabalham em média 12 horas por dia e sofrem ameaças de deportação quando procuram se organizar para garantir seus direitos. Muitos não falam o espanhol e isso dificulta ainda mais sua organização.

Os acidentes no corte da cana são frequentes e muitos deixam os trabalhadores mutilados. Quando deixam de trabalhar, os canavieiros não têm direito à aposentadoria ou pensão. Os salários são extremamente baixos e baseados na quantidade de cana cortada, e não no número de horas de trabalho. Os trabalhadores não têm controle sobre a pesagem de sua produção e muitas vezes não sabem nem mesmo quanto irão receber por tonelada de cana cortada.

Os acidentes no corte da cana são frequentes e muitos deixam os trabalhadores mutilados

7

A indústria da cana na Colômbia

Durante as primeiras décadas do século XX, iniciou-se a industrialização do país. A súbita ampliação do mercado do açúcar permitiu a implantação de usinas industriais. Surgem então as usinas Riopaila dos Caicedo, Providencia dos Cabal e Mayagüez dos Hurtado Holguín, que continuam sendo as principais produtoras de cana-de-açúcar.

Porém, o grande salto dado pelas usinas de Valle del Cauca, que consolidou seu oligopólio sobre o mercado açucareiro colombiano, aconteceu durante o período conhecido como "A Violência", entre 1946 e 1958, durante o qual dois milhões de pessoas foram retiradas forçosamente de suas terras e perderam 350 mil propriedades. Valle del Cauca foi o departamento com maior número de desalojados, cerca de meio milhão de pessoas que perderam 98.400 propriedades.

Atualmente, o conglomerado Ardila Lülle é um dos maiores da Colômbia. Originou-se na indústria de refrigerantes, que chegou a monopolizar, a tal ponto que atualmente só concorre com a Coca-Cola, já que a franquia da Pepsi está em suas mãos. Possui empresas têxteis e a cadeia de rádio e televisão RCN, uma das duas que controlam a mídia colombiana. É proprietário da usina Cauca, possui 52% da usina Providencia e pelo menos 35% da usina Risaralda, fundada em 1979 com investimento da Federação de Cafeicultores, do Estado e da Corporação Financeira do Ocidente, esta última dominada pelo *Citibank*.

Ardila Lülle é o principal promotor dos projetos de produção de etanol na Colômbia. Suas usinas Cauca, Providencia e Risaralda produzem 65% do etanol colombiano a partir de açúcar, enquanto a usina Manuelita produz 20% e a Mayagüez produz 15%.

Esta produção de etanol é resultado da ampla capacidade de manobra do capitalismo burocrático na Colômbia¹. A Lei 693 de 19 de setembro de 2001 ordenou que, a partir de setembro de 2006, a gasolina nas cidades colombianas de mais de 500 mil habitantes deve conter álcool. Esta imposição sustentada com supostas motivações ecológicas e sociais é decisiva, pois o custo de produção do etanol é superior ao da gasolina, mas, além disto, a imposição permite que Ardila Lülle venda o galão de etanol a US\$2,40, enquanto o de gasolina é vendido pela Ecopetrol a US\$1,26 (Serrani 2007).

Para completar, a Lei 788 de 2002 exonerou o etanol do imposto sobre o valor agregado (IVA) e dos impostos e sobretaxas sobre os combustíveis, isenções que custam ao Estado 100 milhões de dólares por ano.

O programa de "gasolina oxigenada", com 10% de álcool, começou em novembro de 2005 no Sul Ocidente e na zona cafeeira e em fevereiro de 2006 em Bogotá.

Por que Ardila Lülle e outros oligopolistas do açúcar podem impor estes mega-lucros?

- Porque controlam o Estado. Ardila Lülle apoiou as eleições dos presidentes Pastrana e Uribe, e dos congressistas que apóiam seus governos.

- Ardila Lülle controla a informação através da cadeia RCN, a que se dedicou, nos últimos anos, a fazer apologia dos paramilitares, que assassinaram quase quatro mil sindicalistas e mantêm sob seu domínio político-militar extensas áreas do país.

— - Os Estados Unidos desejam que a produção de etanol e outros agrocombustíveis cresça para solucionar sua crise energética e, concretamente, no caso colombiano, requerem que o petróleo seja exportado. Assim, é para eles conveniente que na Colômbia se consuma biocombustível com um custo de produção maior do que o da gasolina, deixando maior quantidade de petróleo para exportação para os Estados Unidos a um preço mais baixo.

Os Estados Unidos desejam que a produção de etanol e outros agrocombustíveis cresça para solucionar sua crise energética

A situação dos trabalhadores

Treze usinas açucareiras mantêm 30 mil trabalhadores sem contratos trabalhistas. Os antes fortes sindicatos de indústrias foram reduzidos ao mínimo e a contratação se faz com supostas "cooperativas", criadas para esconder a relação trabalhista.

No entanto, as "cooperativas" de cortadores de cana começaram a realizar greves desde 2003, quando 1.600 operários pararam a usina La Cabana, e mais recentemente, desde maio de 2005, quando 2.700 cortadores da usina Cauca pararam os trabalhos, seguidos por outros 7 mil de Mayagüez, Manuelita e outras usinas. O desconhecimento da relação trabalhista impediu

¹ Devemos entender por "capitalismo burocrático", de acordo com Héctor Mondragón, o capitalismo consolidado na Colômbia desde meados do século XIX, caracterizado pelo controle direto do Estado, que por meio de seus instrumentos, favorece a oligarquia, e muito especialmente os setores desta vinculados à produção de cana-de-açúcar.

declarar a ilegalidade das greves e a invenção das “cooperativas” voltou-se contra os seus inventores.

Mas as condições de trabalho dos cortadores de cana continuam sendo muito ruins. Edison Arturo Sánchez, dirigente da greve em Castilla, foi assassinado. Na usina La Cabaña foram desrespeitados todos os acordos com os trabalhadores e os grevistas foram demitidos.

Triste história e triste futuro da palma azeiteira

A palma azeiteira chegou à Colômbia em mãos de grandes proprietários que aproveitaram a terra acumulada em regiões como o Magdalena Médio, depois do grande despejo de camponeses durante o período da “Violência”, de 1946 a 1958.

As empresas de palma impuseram a super-exploração dos trabalhadores.

— As empresas de palma, a principal das quais era a Industrial Agrária La Palma, Indupalma, da família Gutt, impuseram a super-exploração dos trabalhadores. Os sindicatos conseguiram impulsionar algumas lutas pelos seus direitos, mas a resposta foi a repressão, a ilegalização das greves e os conselhos de guerra contra os dirigentes.

A derrota dos trabalhadores expressou-se organizativamente e a maioria deles deixou os sindicatos e teve que conformar “cooperativas de trabalho associado”, estabelecidas para esconder o contrato trabalhista.

As empresas preferem cultivar em terras alheias, ou melhor, estragar terras alheias, o que também permite sonegar impostos prediais e estabelecer supostas “alianças estratégicas” ou “associações produtivas” com os camponeses e indígenas que entregam a terra, de modo que além de lhes darem suas terras, ainda dão sua mão-de-obra sem contrato de trabalho, como supostos “sócios”.

As empresas conseguiram uma situação excepcional, ao evadirem o custo da terra e os impostos, reduzirem substancialmente os salários e eliminarem o pagamento de encargos sociais. Ao mesmo tempo, a sociedade assume o custo ambiental da exploração da palma, enquanto as empresas embolsam os lucros.

O negócio é apresentado como o mais extraordinário da história

— As transnacionais do setor de óleo vegetal, como a Unilever, são as principais beneficiárias deste negócio, estimulando a plantação de palma azeiteira em todo o mundo tropical: começaram pela Malásia e Indonésia e depois conseguiram que as plantações se estendessem até Camarões, Nigéria e outros países da África, América Central e América do Sul, o que levou a uma tendência à baixa dos preços internacionais do óleo, que beneficiou essas mesmas transnacionais.

Mais recentemente, quando o preço da palma estava em declínio, a alta extraordinária dos preços do petróleo deu novo impulso aos plantadores de palma azeiteira. Espera-se multiplicar as plantações para produzir biodiesel. O negócio é apresentado como o mais extraordinário da história e até se garante que terá magníficos efeitos ecológicos.



Se as plantações se expandirem da forma como se pretende, colocarão em risco a segurança e a soberania alimentar

No entanto, para os países e regiões produtores, os efeitos podem ser muito negativos. Em primeiro lugar, sofrerão a destruição da floresta e da vegetação nativa, reduzindo a biodiversidade; em segundo lugar, os solos sofrerão assim que cada plantação de palma cumprir seu ciclo produtivo e os troncos devam ser eliminados por métodos químicos; e se as plantações se expandirem da forma como se pretende, colocarão em risco a segurança e a soberania alimentar das populações locais, porque os agricultores deixarão de produzir alimentos para a população para produzir "combustíveis limpos" para os Estados Unidos e a Europa.

A legislação sobre a palma azeiteira estabelece que sua produção é isenta de impostos, assim como a produção de biodiesel. O Plano Colômbia e o Banco Mundial estabeleceram programas de fomento à palma azeiteira. Projetos de lei atualmente em curso prevêm subsídios e investimentos estatais no setor.

8

Bolívia: produção de cana-de-açúcar em Santa Cruz

As estatísticas e análises apresentadas aqui circunscrevem-se ao estado de Santa Cruz. Para tais estatísticas foram tomados em conta crianças e adolescentes com idades de 9 a 18 anos.

A Bolívia tem uma extensão de 1.098.581 quilômetros quadrados e uma população de cerca de 9 milhões de habitantes. Conta com nove estados; um deles é Santa Cruz, com 370.000 quilômetros quadrados e mais de 2 milhões de habitantes. A população menor de 18 anos na Bolívia é de 3 milhões, dos quais 1 milhão vive no departamento de Santa Cruz.

Cultivo, produção e consumo

A atividade industrial açucareira inicia-se na Bolívia em 1941 e já naquela época existiam no departamento de Santa Cruz cerca de 3.000 hectares cultivados de cana-de-açúcar. Com ela se produzia açúcar mascavo e álcool; foi em 1944 quando se fabricou pela primeira vez açúcar branco cristalizado.

Paralelamente à produção local, também se importava açúcar. Já na década de 60, a Bolívia se auto-abastece de açúcar e inicia uma etapa de exportação. Nas décadas seguintes a importação só ocorreu em casos excepcionais por questões climatológicas ou baixas nos preços internacionais.

Atualmente, a área de produção de cana-de-açúcar no departamento de Santa Cruz está localizada em nove municípios: Andrés Ibáñez, La Guardia, El Tomo, Cotoca, Warnes, Portachuelo, Montero, Mineros e General Saavedra. Esta zona abarca mais de 100.000 hectares cultivados. De acordo a sua extensão, as propriedades são classificadas em pequenas, até 20 hectares; médias, de 20 a 50 hectares; e grandes, maiores de 50 hectares. As pequenas e médias propriedades representam 35% e as grandes 65% dessa área.



Santa Cruz conta com quatro usinas produtoras: San Aurélio, La Bélgica, Guabirá e Unagro, as quais em conjunto produzem pouco mais de 1 milhão de toneladas de açúcar por safra.

Em relação à produção de álcool, este sempre foi para uso doméstico, farmacêutico e para preparação de bebidas alcoólicas. Em julho de 2005, o governo emitiu uma lei pela qual os produtores de combustíveis poderão acrescentar álcool de cana-de-açúcar na proporção entre 10 e 25 por cento, em período de aplicação industrial de cinco anos. Não há cifras oficiais acerca das quantidades produzidas de álcool.

Migração

O crescimento da indústria açucareira tem repercutido também no aumento das extensões dos cultivos de cana e, conseqüentemente, a implementação, cada vez maior, de maquinário de safra. Mas, apesar desse crescimento tecnológico, a indústria continua precisando de mão-de-obra.

Durante os meses de maio a outubro, período em que é realizada a safra no departamento de Santa Cruz, cerca de 30.000 pessoas se mobilizam, em geral organizadas em grupos familiares. De maneira direta ou indireta, participam 7.000 crianças e adolescentes menores de 18 anos; 27% deles declaram ter chegado sozinhos porque seus pais precisavam cuidar de suas casas ou bens.

Metade desta mão-de-obra é de Santa Cruz e o restante vem principalmente dos estados de Chuquisaca e Potosí. Nessa situação, a mudança radical das condições de seu hábitat torna-se o primeiro desafio que os migrantes precisam enfrentar, já que vêm de zonas altas com clima seco e frio. Estas famílias não estão preparadas para as altas temperaturas, a umidade, as mudanças violentas de clima e a agressividade tropical da região, e as crianças são as mais afetadas.

Muitos que migram para diminuir sua situação de pobreza, acabam não retornando para seu lugar de origem após o período de safra.

— Embora se trate de indivíduos e famílias que migram temporariamente para diminuir sua situação de extrema pobreza, uma vez finalizada a safra, muitos acabam não retornando para seu lugar de origem. Preferem ficar, oferecendo sua força de trabalho em outros cultivos, ou então procurando serviço em outros ofícios nas comunidades próximas mais urbanizadas ou mesmo na cidade de Santa Cruz.

Um efeito da migração durante e após a safra – para aqueles que ficam – é o choque cultural, manifestado principalmente na comunicação idiomática e formas de vida, como vestimenta e alimentação. Muitos sofrem discriminação, desprezo e humilhação no trato cotidiano por parte dos contratadores e inclusive de outros trabalhadores e habitantes locais.



Os maiores riscos que sofrem as crianças – tanto meninos como meninas – são os cortes com facão e as picadas de cobras.

Trabalho e condições de vida dos menores de 18 anos

Embora as crianças menores de nove anos que vêm com as famílias sejam talvez as que mais sofram os efeitos negativos da mudança na época da safra, tomaremos aqui somente o grupo conformado pelas idades entre 9 e 18 anos que, de uma forma ou de outra, participam ativamente na safra. As estatísticas e análises apresentadas estão embasadas em manifestações dos próprios protagonistas.

O contrato, que de modo geral é verbal, ocorre entre o produtor de cana e o contratador e deste último com o trabalhador adulto (homem ou mulher). Assim, o trabalho de adolescentes menores de 18 anos fica oculto e, portanto, desprotegido, pois eles “não estão contratados”. E, para os adultos, são só “ajudantes”.

Em maior quantidade, e em especial os meninos, dedicam-se ao corte da cana. As meninas se encarregam das atividades que denominam “labores de casa” (cozinhar, lavar, cuidar das crianças pequenas, etc.) e seu apoio na safra é principalmente no armazenamento da cana.

Cumprem jornadas de trabalho de até 12 horas. O pagamento é recebido por tonelada de cana cortada. Gastam o dinheiro principalmente com alimentação e roupa, restando muito pouco para guardar. 25% das meninas declaram que não recebem nenhum pagamento.

Os maiores riscos a que estão expostos – tanto meninos como meninas – são os cortes com facão e as picadas de cobras. No caso particular das meninas são as queimaduras. Os meninos manifestam que o aspecto mais negativo da época de safra é o trabalho muito duro, e para as meninas, é cozinhar. Em menor escala estão as condições climatológicas, dormir pouco, a sujeira, as brigas e deixar seu lugar de origem (eles sentem falta da família e da comunidade à que pertencem).

A atenção à saúde é deficiente, só 9% declara que recebe atendimento no acampamento onde permanecem durante a safra, essencialmente em primeiros socorros. Em especial, as crianças e mulheres são as que mais sofrem. Não recebem nenhum tipo de seguridade social ou industrial. Crianças e adolescentes em companhia de adultos moram amontoados em acampamentos precários.

Problemas comuns relacionados com a monocultura da cana em diversos países da América Latina e Caribe:

– Os trabalhadores são estimulados através da competição no corte da cana e das “premiações” dos que cortam mais. Essa prática tem causado sérios problemas de saúde e até mesmo a morte de trabalhadores.

– Hoje os assalariados em muitos países, principalmente na América Central, estão impedidos de terem suas organizações. Quando as tem estão sob o controle das empresas.

– Os trabalhadores não têm controle sobre a paisagem de sua produção, o que estimula a exploração.

Em alguns países, as mulheres não são contratadas, mas vão para o corte da cana, sendo que quem recebe o salário são os homens

— O contrato da mão-de-obra normalmente não é feito diretamente pelo usineiro e/ou o fornecedor de cana, mas pelo “gato” ou intermediário. Com isso, os usineiros e/ou latifundiários fogem da responsabilidade sobre o desrespeito à legislação trabalhista.

– Crianças e adolescentes são impedidos de freqüentar escolas porque precisam trabalhar no corte da cana.

– Em alguns países, as mulheres não são contratadas, mas vão para o corte da cana, sendo que quem recebe o salário são os homens.

– As condições dos alojamentos nas usinas são desumanas, sem condições sanitárias adequadas.

– A alimentação dos trabalhadores é precária. É comum a distribuição de substâncias químicas estimulantes para forçar o trabalho pesado.



Maringoni

8

Soberania Alimentar e Agricultura Camponesa

Experiências de produção de matéria-prima para agroenergia por pequenos agricultores demonstraram o risco de dependência a grandes empresas agrícolas, que controlam os preços, o processamento e a distribuição da produção. Os camponeses são utilizados para dar legitimidade ao agronegócio, através da distribuição de certificados de “combustível social”.

Os grandes latifúndios vão controlar a terra para alimentar motores e não pessoas.

— Este modelo causa impactos negativos em comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, que têm seus territórios ameaçados pela constante expansão do capital. Além disso, a falta de uma política de apoio à produção de alimentos pode levar camponeses a substituir seus cultivos por agrocombustíveis e, com isso, comprometer a soberania alimentar. No Brasil, por exemplo, os pequenos e médios agricultores são responsáveis por 70% da produção de alimentos para o mercado interno.

Pesquisadores da Universidade de Minnesota alertam que, para encher um tanque é necessário utilizar a mesma quantidade de grãos que poderia alimentar uma pessoa durante um ano.

Francisca Rodriguez, dirigente da Via Campesina, denuncia que “os grandes latifúndios vão controlar a terra para alimentar motores e não pessoas”. E acrescenta, “Diante desses desafios, temos que defender nosso compromisso com a terra, desmascarando esses projetos e estimulando uma discussão profunda sobre o atual modelo de consumo e produção energética. Queremos evitar a destruição de nossas terras, pois sabemos o que significa o monocultivo extensivo em todos os nossos países”.

Propostas na defesa da Reforma Agrária e da Soberania alimentar

Organizações sociais em todo o continente ampliam as denúncias sobre os efeitos destrutivos do modelo agrícola baseado no monocultivo

— Organizações sociais em todo o continente ampliam as denúncias sobre os efeitos destrutivos do modelo agrícola baseado no monocultivo concentrador de terra e renda, destruidor do meio ambiente, responsável pelo trabalho escravo e pela superexploração da mão-de-obra. A superação do atual modelo agrícola passa pela realização de uma Reforma Agrária ampla, que elimine o latifúndio.

É necessário fortalecer as organizações de trabalhadores rurais, assalariados e camponeses para construir um novo modelo alicerçado na agricultura camponesa e na agroecologia, com produção diversificada, priorizando o consumo interno. É preciso garantir políticas de subsídios para a produção de alimentos provenientes da agricultura camponesa. O principal objetivo deve ser a garantia da soberania alimentar, pois a expansão da produção de agrocombustíveis agrava a situação de fome no mundo. Não podemos manter os tanques cheios e as barrigas vazias.

O Direito à Alimentação

A principal norma internacional sobre o Direito à Alimentação está contida no artigo 11 da Convenção Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. De acordo com essa norma, a fome deve ser eliminada e os povos devem ter acesso permanente à alimentação adequada, de forma qualitativa e quantitativa, garantindo a saúde física e mental dos indivíduos e das comunidades, além de uma vida digna.

Os Estados têm a obrigação de “respeitar, proteger e garantir” o direito à alimentação.

— De acordo com a Convenção Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os Estados têm a obrigação de “respeitar, proteger e garantir” o direito à alimentação. Respeitar esse direito significa que os Estados não podem obstruir ou dificultar o acesso da população à alimentação adequada, como no caso de despejos de trabalhadores rurais de suas terras, especialmente daqueles que dependem da agricultura como forma de subsistência. A Convenção proíbe ainda que os Estados utilizem substâncias tóxicas na produção de alimentos.

Além disso, a Convenção estabelece os princípios da não-regressão e da não-discriminação, em relação à aprovação de leis que garantam o acesso à alimentação. Isso significa que os governos não devem aprovar leis que dificultem a organização social em prol desse direito. Ao contrário, os governos devem facilitar a organização da sociedade pelo acesso à terra, ao trabalho e à proteção do meio ambiente. Os Estados devem garantir o direito universal à alimentação através de ações e medidas concretas que protejam grupos sociais vulneráveis e propiciem os meios necessários para que eles possam se alimentar.

Anexo 1

Tanques Cheios às custas de Barrigas Vazias: A Expansão da Indústria da Cana na América Latina

Nós, representantes de entidades e movimentos sociais do Brasil, Bolívia, Costa Rica, Colômbia, Guatemala e República Dominicana, reunidos no seminário sobre a expansão da indústria da cana na América Latina, *constatamos que*:

O atual modelo de produção de bioenergia é sustentado nos mesmos elementos que sempre causaram a opressão de nossos povos: apropriação de território, de bens naturais, de força de trabalho.

Historicamente a indústria da cana serviu de instrumento para a manutenção do colonialismo em nossos países e a estruturação das classes dominantes que controlam até hoje grandes extensões de terras, o processo industrial e a comercialização. Este setor se baseia no latifúndio, na superexploração do trabalho (inclusive no trabalho escravo) e na apropriação de recursos públicos. O setor se estruturou no monocultivo intensivo e extensivo, provocando a concentração da terra, da renda e do lucro.

A indústria da cana foi uma das principais atividades agrícolas desenvolvida nas colônias. Permitiu que setores que controlavam a produção e a comercialização conseguissem acumular capital e com isso contribuir para a estruturação do capitalismo na Europa. Na América Latina, a criação e o controle do Estado, desde o século XIX, continuaram a serviço dos interesses coloniais. Atualmente, o controle do Estado por este setor é caracterizado pelo chamado “capitalismo burocrático”. A indústria da cana definiu a estruturação política dos Estados nacionais e das economias latino-americanas.

As monoculturas têm se expandido em áreas indígenas e em outros territórios de povos originários

—| No Brasil, a partir dos anos 70, quando houve a chamada “crise” mundial do petróleo, a indústria da cana passa a produzir combustível, o que justificaria sua manutenção e expansão. O mesmo ocorre a partir de 2004, com o novo Pró-Álcool, que serve principalmente para beneficiar o agronegócio. O governo brasileiro passa a estimular também a produção de biodiesel, principalmente para garantir a sobrevivência e a expansão de grandes extensões de monocultivo da soja. Para legitimar essa política e camuflar seus efeitos destruidores, o governo estimula a produção diversificada de biodiesel por pequenos produtores, com o objetivo de criar o “selo social”. As monoculturas têm se expandido em áreas indígenas e em outros territórios de povos originários.

Em fevereiro de 2007, o governo estadunidense anuncia seu interesse em estabelecer uma parceria com o Brasil para a produção de biocombustíveis, caracterizada como principal “eixo simbólico” na relação entre os dois países. Essa é claramente uma face da estratégia geopolítica dos Estados Unidos para enfraquecer a influência de países como Venezuela e Bolívia na região. Também justifica a expansão de monocultivos da cana, soja e palma africana em todo o território latinoamericano.

Aproveitando-se da legítima preocupação da opinião pública internacional com o aquecimento global, grandes empresas agrícolas, de biotecnologia, petroleiras e automotivas percebem que os biocombustível representam uma fonte importante de acumulação de capital.

A biomassa é apresentada falsamente como nova matriz energética, cujo princípio é a energia renovável. Sabemos que a biomassa não poderá realmente substituir os combustíveis fósseis e que tampouco é renovável.

Algumas características inerentes da indústria da cana são a destruição do meio ambiente e a superexploração do trabalho. Utiliza-se principalmente da mão-de-obra migrante. Portanto, estimula processos de migração, tornando os trabalhadores mais vulneráveis e dificultando ainda mais sua organização. O duro trabalho no corte da cana tem causado a morte de centenas de trabalhadores.

As mulheres trabalhadoras no corte da cana são ainda mais exploradas, pois recebem salários mais baixos ou, em alguns países, como na Costa Rica, não recebem seu salário diretamente. O pagamento é feito ao marido ou companheiro. É comum também a prática do trabalho infantil em toda a América Latina, assim como a exploração de jovens como principal mão-de-obra no estafante corte da cana.

Os trabalhadores não têm nenhum controle sobre a pesagem de sua produção e consequentemente de seu salário, pois são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. Esta situação tem sérios efeitos para a saúde e causa até mesmo a morte de muitos trabalhadores por fadiga, pelo trabalho excessivo que demanda o corte de até 20 toneladas de cana por dia. A maioria das contratações é terceirizada por intermediários ou “gatos”. Isso dificulta a possibilidade de reivindicação dos direitos trabalhistas, pois não existe um contrato formal de trabalho. A figura do empregador é escondida nesse processo, que nega a própria relação de trabalho.

O Estado brasileiro estimula a utilização de terras dos assentamentos de reforma agrária e de pequenos agricultores, que atualmente são responsáveis por 70% da produção de alimentos, para produzir biocombustíveis, comprometendo a soberania alimentar.

Portanto, assumimos o compromisso de:

Ampliar e fortalecer as lutas dos movimentos sociais na América Latina e no Caribe, por meio de uma articulação entre as organizações dos trabalhadores existentes e as entidades de apoio.

Denunciar e combater o modelo agrícola baseado no monocultivo concentrador de terra e renda, destruidor do meio ambiente, responsável pelo trabalho escravo e a super exploração da mão de obra. A superação do atual modelo agrícola passa pela realização da Reforma Agrária ampla que elimine o latifúndio.

Fortalecer as organizações de trabalhadores rurais, assalariados e camponeses para construir um novo modelo alicerçado na agricultura camponesa e na agroecologia, com produção diversificada, priorizando o consumo interno. É preciso lutar por políticas de subsídios para a produção de alimentos. Nosso principal objetivo é garantir a soberania alimentar, pois a expansão da produção de biocombustíveis agrava a situação de fome no mundo. Não podemos manter os tanques cheios e as barrigas vazias.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2007,
Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA
Comissão Pastoral da Terra - CPT
Grito dos Excluídos/as Continental
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST
Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM
Via Campesina

Bibliografía

América Central

Aspectos Relevantes de la Agroindustria de la caña de azúcar en Costa Rica y Nicaragua, Gerardo Cerdas Vega.

Acuña, Guillermo, *La agroindustria de la caña de azúcar en Costa Rica: características, organización y condiciones laborales*, San José, Costa Rica, 2004.

Acuña, Guillermo, *Situación y condición de las personas trabajadoras de la producción de caña de azúcar en Costa Rica*, San José, Costa Rica, 2005.

Legall Torres, Alberto José, *La Industria del Azúcar en Nicaragua y sus condiciones laborales*, Managua, Nicaragua, 2005.

Irías Coello, Ajax, *Diagnóstico sobre la producción y las condiciones laborales en la agroindustria de la caña de azúcar en Honduras*, Tegucigalpa, Honduras, 2005.

Iniciativa CID, 22 de febrero de 2007, http://www.iniciativacid.org/noticias.asp?liste_id=1097

ACAN-EFE, *La producción de azúcar en Nicaragua es la mayor de los últimos diez años*, 22 de febrero de 2007, <http://es.biz.yahoo.com/08022007/185/produccion-azucar-nicaragua-mayor-ultimos-diez-anos.html>

Oscar René Vargas, *El CAFTA y la agricultura*, edición digital de *El Nuevo Diario*, 22 de febrero de 2007, <http://www.elnuevodiario.com.ni/2005/09/08/opinion/619>

Nicaragua Sugar Estates Limited, <http://www.nicaraguasugar.com>

Liga Agrícola Industrial de la Caña de Azúcar, <http://www.laica.co.cr>

Bolivia

Gerardo Burgos Lino, *Seminario Sobre la Industria de la Caña de Azúcar en América Latina*, São Paulo- Brasil, del 26 al 28 de febrero de 2007.

Trabajo infantil en la zafra de la caña de azúcar: Una evaluación rápida. Burgos Lino Gerardo y otros. OIT, 2002

Diario El Deber.

Instituto Nacional de Estadísticas.

Información UNICEF.

Información OIT.

Información ABI (Agencia Boliviana de Noticias).

Entrevista personal con productor cañero.

Entrevista personal con zafrero adulto y joven.

Entrevista personal con autoridad departamental del trabajo.

Proyecto nichos de mercado para el azúcar boliviana. Fundación Bosque Húmedo. 2005

El campamento cañero como escenario de encuentro intercultural, Fernando Rivero. Revista NUMERO UNO, mayo 2005

Documento institucional DNI-Bolivia. 2004

Brasil

Colonialismo e Agroenergia, Maria Luisa Mendonça e Marluce Melo, América Latina en Movimiento, No. 419, ALAI, Quito, abril 2007.

O Mito dos Biocombustíveis - Edivan Pinto, Marluce Melo e Maria Luisa Mendonça, Brasil de Fato, fevereiro de 2007.

Expansão da Cana no Brasil: Conseqüências e Perspectivas, Plácido Junior, Comissão Pastoral da Terra, março de 2007.

Trabalhadores Rurais: A Negação dos Direitos, Maria Aparecida de Moraes Silva, Seminario Sobre la Industria de la Caña de Azúcar en América Latina, São Paulo- Brasil, fevereiro de 2007.

How Biofuels Could Starve the Poor, C. Ford Runge and Benjamin Senauer, *Foreign Affairs*, May/June 2007.

If we want to save the planet, we need a five-year freeze on biofuels, George Monbiot, *The Guardian*, 27 de março de 2007.

Especialista: etanol no Brasil é banhado de sangue, <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1457398-EI306,00.html>

Blitz vê condição degradante na produção de álcool em SP, Folha de S. Paulo, 21 de março de 2007.

La soberanía alimentaria, en peligro por el auge de los biocombustibles, La Jornada (México), 7 de fevereiro de 2007.

Colômbia

Caña de Azúcar, Palma Aceitera Biocombustibles y relaciones de dominación, Héctor Hernán Mondragón Báez

Acevedo Gamboa, Helmer et.al. 2005 *Caracterización de un motor de combustión interna por ignición utilizando como combustible mezcla de gasolina corriente con etanol al diez (10%) en volumen(E10)*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, departamento de Ingeniería Mecánica.

Bejarano, Jesús Antonio 1985 *Economía y Poder. La SAC y el desarrollo agropecuario 1871-1984*. Bogotá: Cerec-SAC.

Bermúdez Escobar, Isabel Cristina 1997 *La caña de azúcar en el Valle del Cauca*; Credencial Historia 92: 8-11; Bogotá.

Bravo , Elizabeth Bravo y Mae-Wan Ho. 2006 *Las nuevas repúblicas del biocombustible*; Red del Tercer Mundo 30, Montevideo, 12 de junio de 2006.

Caicedo, Edgar 1982 *Historia de las luchas sindicales en Colombia*. Cuarta edición; Bogotá: Ediciones CEIS.

Cenicaña http://www.cenicana.org/agroindustria/historia_cana.php

CIM 1967 *Las tomas de fábrica* Bogotá. Ediciones Suramérica.

Findji, María Teresa y José María Rojas 1985 *Territorio, economía y sociedad paez*. Cali: Universidad del Valle.

Furet, Frank 2004 "La 'Ndrangheta"; *Banc Public* 126, Bruxelles, Janvier 2004.

Kalmanovitz, Salomón 1978 *Desarrollo de la Agricultura en Colombia*. Bogotá: Editorial La Carreta.

Serrano Gómez, Hugo 2006 "¡Qué horror!, etanol a US\$ 100/ barril"; *Vanguardia Liberal*, Bucaramanga, 20 de noviembre de 2006.

Silva-Colmenares, Julio 1977 *Los verdaderos dueños del país*. Bogotá: Fondo editorial Suramérica.

Silva-Colmenares, Julio 2004 *El Gran capital en Colombia*. Bogotá. Planeta.

Suárez Montoya, Aurelio 2006 "¿Quién se come el queso del etanol?"; *La Tarde*, Pereira, 12 de septiembre de 2006.

WRM 2001 "Colombia: incentivo económico perverso para la plantación de palma aceitera". *Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales* Boletín N° 47. Montevideo.

Guatemala

Julian Xacult, *Seminário sobre a Expansão da Indústria da Cana na América Latina*, 26 a 28 de fevereiro em São Paulo.

Acordo de Paz e Fundo de Terras na Guatemala, Laura Saldivar Tanaka e Hannah Wittma, pesquisadoras do Instituto *Food First*.

República Dominicana

Petronila Urena, *Seminário sobre a Expansão da Indústria da Cana na América Latina*, 26 a 28 de fevereiro em São Paulo.

<http://www.elmundo.es/magazine/num146/textos/escla1.html>

http://volensamerica.org/spip/article.php3?id_article=1304&lang=es

www.mosctha.org



Apoio



Realização

